

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Agravo Legal na Apelação Cível nº: 1ª Vara da Comarca de Escada
0310745-3**

Agravante: TIM – Nordeste S.A

Agravada: Empresa Carlos Roberto Pereira de Sousa ME

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.
2. A empresa concessionária de serviço público ao inserir as informações no cadastro de inadimplentes responde objetivamente pelos danos causados.
3. É inegável que a inscrição indevida de uma empresa é ato lesivo e apto a abalar a sua imagem perante o mercado, configurando-se, assim, o dano moral.
4. O *quantum* indenizatório fixado a título de danos morais pelo juízo de primeiro grau não extrapola a razoabilidade e está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
5. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0310745-3, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao Agravo, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 01/07/2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Agravo Legal na Apelação Cível nº: 1ª Vara da Comarca de Escada
0310745-3**

Agravante: TIM – Nordeste S.A

Agravada: Empresa Carlos Roberto Pereira de Sousa ME

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Cuida-se de Agravo Legal interposto contra Decisão Terminativa (fls. 160/162), da minha lavra, que, nos autos da Apelação Cível de mesmo número, negou provimento ao recurso interposto pela TIM – Nordeste S.A, reformando a sentença apelada, de ofício, unicamente para determinar a incidência dos juros moratórios a partir do evento danoso, em consonância com o enunciado da Súmula 54 do STJ, mantendo a decisão exarada pelo juízo *a quo* nos demais termos, que condenou a empresa de telefonia móvel agravante ao pagamento no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a título de indenização por danos morais.

Arguiu o agravante (fls. 165/178), resumidamente, que: (a) sempre agiu conforme o pactuado, apenas cobrando os valores efetivamente utilizados, não se podendo falar, desse modo, em cobranças indevidas, nem em ato lesivo de qualquer natureza; (b) a inscrição do nome da empresa devedora nos órgãos de restrição ao crédito corresponde ao regular exercício de um direito do agravante, visto que o débito comprovadamente era existente; (c) as cobranças realizadas que surgiram após o suposto cancelamento do contrato (portabilidade) diziam respeito ao saldo remanescente; (d) os fatos narrados pela agravada tipificam situação elencada na doutrina e jurisprudência como aborrecimento limitado à indignação da pessoa, sem nenhuma repercussão em sua esfera exterior que pudesse ensejar violação aos seus direitos da personalidade; (e) o *quantum* fixado a título de dano moral não se afigura razoável e proporcional, ensejando enriquecimento sem causa à agravada.

Ao final, requereu a retratação do julgador ou que o feito seja levado à mesa para o devido conhecimento da Câmara e seu consequente provimento, no sentido de reformar a decisão ora agravada, dando provimento total ao recurso de Apelação Cível. Requereu, ainda, o prequestionamento explícito de todos os dispositivos legais suscitados, assim como que todas as publicações/intimações e demais atos de comunicação no presente feito sejam realizados em nome da Bela. Christianne Gomes da Rocha OAB/PE 20.335, sob pena de nulidade.

Por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação, trago à consideração deste colegiado.

É o que tinha a relatar.

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

O presente caso traz a seguinte questão: a Empresa Autora, ora agravada, solicitou a portabilidade da sua linha telefônica móvel junto a Empresa Telefônica (TIM) ora agravante, tendo sido emitida uma fatura em que atestava a inexistência de qualquer débito. No entanto, meses depois, foram-lhe cobradas duas faturas referentes aos meses de setembro e outubro de

2012, o que não deveria ter ocorrido, haja vista já ter sido realizada a portabilidade pela empresa emitente das faturas.

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos (fls. 160/162):

“DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de Apelação Cível interposta por TIM Nordeste S/A, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Débito com Repetição de Indébito cumulada com Obrigação de Não Fazer com Pedido de Antecipação de Tutela c/c Indenização por Danos Morais, tendo como autor a Empresa CARLOS ROBERTO PEREIRA DE SOUZA ME, ora Apelado, em face da sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Escada que condenou a empresa de telefonia móvel demandada a pagar o valor de R\$ 9.000,00, a título de indenização por danos morais, corrigido monetariamente pela tabela ENCOGE e contados juros de mora, ambos a partir do arbitramento.

Por fim, condenou a demandada ao pagamento de custas e honorários advocatícios sucumbenciais, estes fixados em 10% do valor da condenação.

Em suas razões recursais, aduz a Apelante que sempre agiu conforme o pactuado, apenas cobrando os valores efetivamente utilizados, não se podendo falar, desse modo, em cobranças indevidas, nem em ato lesivo de qualquer natureza.

Desse modo, aduz-se que a inscrição do nome da empresa devedora nos órgãos de restrição ao crédito corresponde ao regular exercício de um direito da Apelante, visto que o débito comprovadamente era existente.

Pugna, ao final, pelo provimento do presente apelo, de modo a se reformar a sentença vergastada, julgando improcedente o pleito autoral, caso não seja este o entendimento, pugna pela minoração da quantia fixada a título de danos morais.

Instado a se manifestar, a Recorrida apresentou contrarrazões, pleiteando pela manutenção in totum da sentença apelada, consequentemente, pelo não provimento do presente recurso.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cuido de admitir o presente recurso apelativo, ante a presença dos pressupostos necessários a sua admissibilidade e, analisando a matéria trazida à lume, entendo ser caso de aplicação do que dispõe o artigo 557 do CPC.

Pois bem, compulsando os autos, verifico, de início, que possui a relação jurídica aqui em comento natureza consumerista, devendo-se ser aplicada toda a legislação que rege as referidas relações, especialmente o art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre a inversão do ônus da prova nos casos em que verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente.

Conforme se depreende da documentação acostada aos autos, a Empresa Autora, ora apelada, solicitou a portabilidade da sua linha telefônica móvel junto a Empresa Telefônica (TIM), tendo sido emitida uma fatura em que atestava a inexistência de qualquer débito. No entanto, meses depois, foram-lhe cobradas duas faturas referentes aos meses de setembro e outubro de 2012, o que não deveria ter ocorrido, haja vista já ter sido realizada a portabilidade pela empresa emitente das faturas. Ainda, não mais existia a prestação do serviço de telefonia, caracterizando, assim, a cobrança indevida das faturas. Em seguida, a Empresa demandada inscreveu o nome da Autora nos órgãos de restrição creditícia, tendo esta tomado conhecimento quando solicitou uma carta de crédito junto a Caixa Econômica Federal.

Diante disso, constata-se que as cobranças posteriores ao pedido de portabilidade foram indevidas; agiu a Apelante de modo arbitrário e ilegal, não havia justificativas para a inscrição do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito.

Nesse contexto, é imperioso constatar que sofreu a empresa apelada efetivo dano moral, em virtude da indevida negativação nos cadastros de mal pagadores. Ora, é evidente que a Recorrida sofreu muito mais que um mero aborrecimento ou contratempo, visto que o referido procedimento é lesivo e apto a abalar a imagem da empresa perante o mercado.

Nesse sentido, é necessário consignar que, por se tratar a Apelante de empresa concessionária de serviço público, a sua responsabilidade prescinde de comprovação de culpa. Trata-se, portanto, de responsabilidade objetiva dos prestadores de serviço público frente aos consumidores. Sob esse prisma, frutífera é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

“No que toca ao ilícito civil, a atividade do concessionário rege-se pela responsabilidade objetiva, como averba o art. 37, § 6º da CF. Consoante esse dispositivo, não só as pessoas jurídicas de direito público, como as pessoas de direito privado prestadoras de serviço público sujeitam-se ao princípio da responsabilidade objetiva, que se caracteriza, como sabido, pela desnecessidade de investigação sobre o elemento culposo na ação ou omissão. Como os concessionários são prestadores de serviço público (art. 175, CF), estão eles enquadrados naquela regra constitucional.”

Diante disso, caracterizado o ato ilícito, devido ao dano moral causado a empresa apelada, fica obrigada a Recorrente a repará-lo, segundo dispõe o art. 927 do Código Civil. Nesse contexto, é indispensável constatar que a jurisprudência pátria vem-se manifestando precisamente nesse sentido, conforme é possível aferir pelas seguintes decisões:

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TELEFONIA MÓVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DA AUTORA PERANTE OS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DEMONSTRAÇÃO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DA INSCRIÇÃO INDEVIDA. INEXISTÊNCIA DE APONTAMENTOS ANTERIORES. ABALO NO DIREITO DE CRÉDITO. COMPROVAÇÃO. DANO MORAL RECONHECIDO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO COM BASE NOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. NECESSIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO”. (9144796192009826 SP 9144796-19.2009.8.26.0000, Relator: Rocha de Souza, Data de Julgamento: 03/05/2012, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/05/2012)

Verifico, igualmente, no que tange ao quantum indenizatório, deve-se sempre ponderar o ideal da reparação integral e da devolução das partes ao status quo ante, segundo reza o art. 947 do CC.

Ademais, não sendo possível a restitutio in integrum em razão da impossibilidade material desta reposição, transforma-se a obrigação de reparar em uma obrigação de compensar, haja vista que a finalidade da indenização consiste, justamente, em ressarcir a parte lesada.

Desta forma, faz-se necessário que o magistrado, na oportunidade do estabelecimento da quantia reparatória, faça uso de seu bom senso, dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, devendo sempre observar a gravidade do dano e a sua extensão, o comportamento dos envolvidos, as condições econômicas e sociais das partes e a repercussão do fato.

Ademais, compete ao Julgador valer-se da Teoria do Desestímulo, segundo a qual o ressarcimento não pode enriquecer ilícitamente o ofendido, devendo, no entanto, ser elevado o bastante para evitar a reincidência de práticas delituosas, mas, sempre em cotejo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o que não ocorreu no presente caso.

Desta forma, entendo que andou bem o Juízo de 1º Grau ao fixar o quantum indenizatório em R\$ 9.000,00, pois suficiente para reparar o dano causado à Empresa Apelada, o mais completamente possível.

No entanto, de ofício, reformo a sentença no que tange a incidência dos juros de mora do valor a título de indenização por danos morais a partir do arbitramento, pois, por se tratar de responsabilidade extracontratual, tem como termo inicial a data do evento danoso, em respeito ao enunciado da Súmula 54 do STJ.

ISSO POSTO, ex vi do art. 557, do CPC, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso de apelação interposto, ao passo que reformo a sentença apelada, de ofício, unicamente para determinar a incidência dos juros moratórios a partir do evento danoso, em consonância com o enunciado da Súmula 54 do STJ, ficando inalteradas as demais disposições contidas na sentença.

Publique-se. Intimem-se.

Recife, 19 de março de 2014.

Stênio Neiva Coêlho

Desembargador Relator”.

Inicialmente, quanto ao pedido de prequestionamento explícito, frise-se que é dominante na jurisprudência do STJ o entendimento de que o julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas julgar a questão posta a exame, de acordo com o tema e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Nesse sentido:

“O órgão julgador, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Precedentes”. (STJ, EDcl no MS 4116 / DF, Embargos de Declaração no Mandado de Segurança 1995/0030865-7, Rel. Minª. Laurita Vaz, 3ª Seção, j. 11/10/2006, DJ 30/10/2006, p. 236).

Ratificando a fundamentação explicitada, bastante elucidativa a decisão do Superior Tribunal de Justiça, abaixo colacionada:

“PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO UNIPESSOAL DO RELATOR. ACOLHIMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. INTIMAÇÃO DA EMBARGADA. DESNECESSIDADE. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO DA MATÉRIA EM DEBATE. POSSIBILIDADE DE EXAME DA VIA ESPECIAL.

1. Afasta-se a alegação de cerceamento de defesa na hipótese. É permitido ao julgador acolher embargos de declaração e conceder excepcionais efeitos infringentes para modificar decisão proferida nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil, sem proceder a intimação da parte contrária para contrarrazoar. Precedentes.

2. Esta Corte admite o prequestionamento implícito nos casos em que as questões debatidas no recurso especial foram decididas no acórdão recorrido, sem a explícita indicação dos artigos de lei que fundamentam a decisão.

3. Agravo regimental improvido”.

(AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1160719 PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, Julgado em 01/03/2011, DJe 14/03/2011) (grifos acrescentados)

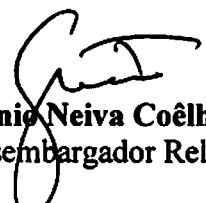
Ademais, quanto ao mérito da questão, analisando a argumentação apresentada pelo agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão açoitada.

Nesse toar, conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, com fundamento na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, voto no sentido de manter incólume a decisão hostilizada, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 01/07/2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator